



Sumário

Prefácio à 21ª edição, xxvii

Prefácio à 20ª edição, xxix

Prefácio à 19ª edição, xxxi

Prefácio à 1ª edição, xxxiii

PARTE I – DIREITO FINANCEIRO, 1

1 INTRODUÇÃO, 3

1.1 Conceito de atividade financeira do Estado, 3

1.2 Fins da atividade financeira, 4

1.2.1 Serviços públicos, 5

1.2.2 Poder de polícia, 6

1.2.3 Intervenção no domínio econômico, 8

1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico, 14

2 DIREITO FINANCEIRO, 16

2.1 Conceito e objetos do direito financeiro, 16

2.2 Autonomia do direito financeiro, 17

2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito, 19

3 DESPESAS PÚBLICAS, 20

3.1 Conceito, 20

- 3.2 Necessidades das despesas públicas, 21
- 3.3 Classificação das despesas públicas, 22
- 3.4 Execução das despesas públicas, 24
 - 3.4.1 Pagamento de precatório, 25
- 3.5 Execução de despesas extraordinárias, 33

- 4 RECEITAS PÚBLICAS, 35
 - 4.1 Conceito, 35
 - 4.2 Classificação das receitas públicas, 36
 - 4.2.1 Receitas originárias, 39
 - 4.2.1.1 Conceito, 39
 - 4.2.1.2 Modalidades de receitas originárias segundo as fontes, 39
 - 4.2.1.3 Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais, 41
 - 4.2.1.4 Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas, 42
 - 4.2.2 Receitas derivadas, 46
 - 4.2.2.1 Conceito, 46
 - 4.2.2.2 Espécies de tributos, 47
 - 4.2.2.3 Princípios constitucionais tributários, 47
 - 4.2.2.4 Repartição das receitas tributárias, 47
 - 4.2.2.5 Regras concernentes à repartição das receitas, 49
 - 4.2.3 Multa, 55
 - 4.3 Compensação financeira, 56
 - 4.3.1 Generalidades, 56
 - 4.3.2 Sua instituição legal, 57
 - 4.3.3 Sua natureza jurídica, 58

- 5 ORÇAMENTO, 62
 - 5.1 Conceito, 62
 - 5.2 Natureza jurídica do orçamento, 64
 - 5.3 Processo legislativo, 66
 - 5.4 Aspectos políticos do orçamento, 68
 - 5.5 Aspectos econômicos do orçamento, 69
 - 5.6 Princípios orçamentários, 70
 - 5.6.1 Princípio da exclusividade, 70
 - 5.6.2 Princípio da programação, 71
 - 5.6.3 Princípio do equilíbrio orçamentário, 72
 - 5.6.4 Princípio da anualidade, 73
 - 5.6.5 Princípio da unidade, 74

- 5.6.6 Princípio da universalidade, 74
 - 5.6.7 Princípio da legalidade, 74
 - 5.6.8 Princípio da transparência orçamentária, 75
 - 5.6.9 Princípio da publicidade orçamentária, 76
 - 5.6.10 Princípio da não vinculação de receita de impostos, 76
 - 5.6.11 Princípio da especialidade dos incentivos fiscais, 78
 - 5.6.12 Princípio da responsabilidade na gestão fiscal, 79
 - 5.6.13 Outros princípios, 80
 - 5.7 Leis orçamentárias, 81
 - 5.7.1 Orçamento plurianual, 82
 - 5.7.2 Lei de diretrizes orçamentárias, 83
 - 5.7.3 Orçamento anual, 84
 - 5.7.4 Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964, 86
 - 5.7.5 Instituição de fundos, 88
 - 5.7.6 Atentados à lei orçamentária, 91
 - 5.8 Fiscalização e controle dos orçamentos, 92
 - 5.8.1 Tipos de controle, 97
 - 5.8.1.1 Controle interno, 97
 - 5.8.1.2 Controle externo, 99
 - 5.8.1.3 Controle privado, 101
 - 5.9 Tribunal de Contas da União, 102
 - 5.9.1 Introdução, 102
 - 5.9.2 Composição, 103
 - 5.9.3 Atribuições, 104
 - 5.10 Tribunais de contas nos Estados e nos Municípios, 110
- 6 CRÉDITO PÚBLICO, 112
- 6.1 Conceito, 112
 - 6.2 Evolução histórica, 115
 - 6.3 Classificação do crédito público, 116
 - 6.3.1 Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário, 116
 - 6.3.2 Dívida pública flutuante e dívida pública fundada, 116
 - 6.3.3 Empréstimos internos e empréstimos externos, 117
 - 6.3.4 Créditos compulsórios e créditos voluntários, 118
 - 6.3.5 Classificação constitucional, 120
 - 6.3.6 Vinculação da receita de impostos, 121
 - 6.4 Crédito forçado, 127
 - 6.4.1 Técnicas do crédito involuntário, 127

- 6.4.2 Utilização de fundos de estabelecimentos, 127
- 6.4.3 Papel-moeda, 128
- 6.4.4 Inflação sistemática, 129
- 6.5 Crédito voluntário, 130
 - 6.5.1 Prêmios de reembolso, 131
 - 6.5.2 Juros progressivos, 131
 - 6.5.3 Moeda e empréstimos indexados, 131
 - 6.5.4 Títulos da dívida pública, 132
 - 6.5.5 Lotos, 133
 - 6.5.6 Conversão, 133
- 6.6 Crédito público na Constituição Federal, 134
- 6.7 Crédito externo. Considerações gerais, 137
 - 6.7.1 FMI e Birde, 139
- 6.8 Dívida externa brasileira, 140
- 6.9 Banco Central e finanças públicas, 145
- 7 DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERTINENTES E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, 148
 - 7.1 Disposições da Constituição Federal, 148
 - 7.2 Ato das disposições constitucionais transitórias, 159
 - 7.3 Emenda Constitucional nº 10/96 – FEF, 160
 - 7.3.1 Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000 – FCEP, 162
 - 7.3.2 Fundos estadual e municipal de combate à pobreza, 165
 - 7.4 Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, 166
 - 7.5 Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, 191
 - 7.6 Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, 195
 - 7.7 Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, 206
 - 7.8 Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 213
 - 7.9 Resoluções do Senado Federal, 221
 - 7.9.1 Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, 221
 - 7.9.2 Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, 224
 - 7.9.3 Resolução nº 23, de 11 de abril de 1996, 244
 - 7.10 Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, 245
 - 7.11 Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, 293

PARTE II – DIREITO TRIBUTÁRIO, 297

- 8 INTRODUÇÃO, 299
 - 8.1 Evolução do fenômeno da tributação, 299

- 8.2 Conceito de direito tributário, 300
 - 8.3 Autonomia do direito tributário, 301
 - 8.4 Relações do direito tributário com outros ramos do direito, 302
 - 8.5 Fontes do direito tributário, 303
 - 8.5.1 Fontes materiais, 303
 - 8.5.2 Fontes formais, 303
 - 8.5.2.1 Normas constitucionais e emendas constitucionais, 304
 - 8.5.2.2 Leis complementares, 304
 - 8.5.2.3 Leis ordinárias, 304
 - 8.5.2.4 Leis delegadas, 305
 - 8.5.2.5 Medidas provisórias, 305
 - 8.5.2.6 Decretos legislativos, 307
 - 8.5.2.7 Resoluções, 307
 - 8.5.2.8 Tratados e convenções internacionais, 308
 - 8.5.2.9 Decretos, 310
 - 8.5.2.10 Fontes formais secundárias, 310
- 9 SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO, 312
- 9.1 Generalidades, 313
 - 9.2 Tributos, 314
 - 9.2.1 Definição de tributos. Sua natureza jurídica, 314
 - 9.2.2 Espécies de tributos, 316
 - 9.2.2.1 Impostos, 317
 - 9.2.2.2 Taxas, 318
 - 9.2.2.3 Contribuição de melhoria, 320
 - 9.2.2.4 Empréstimos compulsórios, 321
 - 9.2.2.5 Contribuições sociais, 322
 - 9.2.2.5.1 Contribuições sociais do art. 149 da CF, 325
 - 9.2.2.5.2 Contribuições sociais do art. 195 da CF, 334
 - 9.2.2.5.3 Emendas Constitucionais nºs 20/98, 45/04 e 47/05, 355
 - 9.2.2.5.4 Contribuição social dos servidores públicos, 357
 - 9.2.2.5.5 Contribuição social do salário-educação, 364
 - 9.2.2.5.6 Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho, 366
 - 9.2.2.5.7 Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 369
 - 9.3 Competência tributária, 371
 - 9.3.1 Discriminação de rendas tributárias, 371

- 9.3.2 Limitações constitucionais do poder de tributar, 372
 - 9.3.2.1 Princípio da legalidade tributária, 373
 - 9.3.2.2 Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade, 374
 - 9.3.2.3 Princípio da isonomia tributária, 377
 - 9.3.2.4 Princípio da capacidade contributiva, 378
 - 9.3.2.5 Princípio da vedação de efeitos confiscatórios, 380
 - 9.3.2.6 Princípio da imunidade recíproca, 382
 - 9.3.2.7 Princípio da imunidade genérica e específica, 384
 - 9.3.2.7.1 Imunidade genérica de impostos, 384
 - 9.3.2.7.2 Imunidade da contribuição social para a seguridade social, 392
 - 9.3.2.7.3 Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido, 393
 - 9.3.2.8 Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal, 394
 - 9.3.2.9 Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional, 394
 - 9.3.2.10 Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza, 395
 - 9.3.2.11 Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas, 396
 - 9.3.2.12 Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos, 397
 - 9.3.2.13 Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas, 398
 - 9.3.2.14 Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais, 399
 - 9.3.2.15 Princípios implícitos, 400
- 9.4 Impostos da União, 400
 - 9.4.1 Imposto de importação e imposto de exportação, 401
 - 9.4.2 Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, 403
 - 9.4.3 Imposto sobre produtos industrializados, 412
 - 9.4.4 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários, 415
 - 9.4.5 Imposto sobre a propriedade territorial rural, 418
 - 9.4.6 Imposto sobre grandes fortunas, 420
 - 9.4.7 Impostos extraordinários, 421
 - 9.4.8 Impostos inominados, 421

- 9.4.9 Imposto provisório sobre movimentação financeira, 421
 - 9.5 Impostos estaduais, 426
 - 9.5.1 Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, 427
 - 9.5.2 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, 432
 - 9.5.3 Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, 455
 - 9.5.4 Adicional do imposto sobre a renda, 457
 - 9.6 Impostos municipais, 457
 - 9.6.1 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, 458
 - 9.6.2 Imposto sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, 464
 - 9.6.3 Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, 469
 - 9.6.4 Imposto sobre serviços de qualquer natureza, 469
 - 9.6.4.1 Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, 474
 - 9.7 Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, 488
- 10 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, 494
- 10.1 Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares, 494
 - 10.1.1 Leis, 494
 - 10.1.2 Tratados e convenções internacionais, 495
 - 10.1.3 Decretos, 497
 - 10.1.4 Normas complementares, 497
 - 10.2 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, 498
 - 10.2.1 Vigência da legislação tributária, 498
 - 10.2.2 Aplicação da legislação tributária, 498
 - 10.2.3 Interpretação da legislação tributária, 500
 - 10.2.4 Integração da legislação tributária, 502
- 11 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, 506
- 11.1 Definição e espécies, 506
 - 11.2 Elementos da obrigação tributária, 507
 - 11.2.1 Lei, 507
 - 11.2.2 Fato gerador, 508
 - 11.2.2.1 Elemento objetivo do fato gerador, 509
 - 11.2.2.2 Aspecto subjetivo do fato gerador, 509
 - 11.2.2.3 Aspecto quantitativo do fato gerador, 512

- 11.2.2.4 Aspecto espacial do fato gerador, 512
- 11.2.2.5 Aspecto temporal do fato gerador, 513
- 11.2.3 Fatos geradores confrontantes, 514
- 11.3 Responsabilidade tributária, 514
 - 11.3.1 Princípio e requisitos, 515
 - 11.3.2 Responsabilidade dos sucessores, 517
 - 11.3.3 Responsabilidade de terceiros, 520
 - 11.3.4 Responsabilidade por infrações, 522
 - 11.3.5 Denúncia espontânea, 524
- 12 CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 526
 - 12.1 Conceito e natureza jurídica, 526
 - 12.2 Constituição do crédito tributário pelo lançamento, 527
 - 12.2.1 Lançamento direto, 529
 - 12.2.2 Lançamento misto, 530
 - 12.2.3 Lançamento por homologação, 530
 - 12.3 Suspensão do crédito tributário, 534
 - 12.3.1 Moratória, 534
 - 12.3.2 Depósito do montante integral do crédito, 537
 - 12.3.3 Reclamações e recursos administrativos, 537
 - 12.3.4 Concessão de liminar em mandado de segurança, 537
 - 12.3.5 Parcelamento, 538
 - 12.4 Extinção do crédito tributário, 538
 - 12.4.1 Pagamento, 539
 - 12.4.2 Demais modalidades, 540
 - 12.4.2.1 Compensação, 540
 - 12.4.2.2 Transação, 542
 - 12.4.2.3 Remissão, 543
 - 12.4.2.4 Prescrição e decadência, 544
 - 12.4.2.5 Conversão de depósito em renda, 554
 - 12.4.2.6 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º, 555
 - 12.4.2.7 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164, 555
 - 12.4.2.8 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, 556
 - 12.4.2.9 Decisão judicial passada em julgado, 557
 - 12.4.2.10 Dação em pagamento em bens imóveis, 557

- 12.5 Exclusão de crédito tributário, 558
 - 12.5.1 Isenção, 558
 - 12.5.2 Anistia, 559
- 12.6 Garantias e privilégios do crédito tributário, 561
- 13 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, 567
 - 13.1 Considerações gerais, 567
 - 13.2 Fiscalização, 570
 - 13.2.1 Sigilo bancário, 573
 - 13.3 Dívida ativa, 578
 - 13.4 Certidões negativas, 580
- 14 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, 583
 - 14.1 Considerações gerais, 583
 - 14.1.1 Normas básicas sobre o processo administrativo, 585
 - 14.2 Processo administrativo tributário federal, 586
 - 14.3 Processo administrativo tributário estadual, 594
 - 14.4 Processo administrativo tributário municipal, 598
 - 14.5 Consulta em matéria tributária, 600
- 15 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO, 603
 - 15.1 Considerações gerais, 603
 - 15.1.1 Tutela antecipatória, 604
 - 15.2 Execução fiscal, 607
 - 15.3 Ação anulatória em matéria fiscal, 613
 - 15.4 Ação de repetição de indébito, 614
 - 15.5 Ação declaratória em matéria fiscal, 620
 - 15.6 Ação de consignação em pagamento, 620
 - 15.7 Mandado de segurança, 621
 - 15.8 Medidas cautelares em matéria fiscal, 627
 - 15.9 Ação direta de inconstitucionalidade, 627
 - 15.10 Ação declaratória de constitucionalidade, 633
 - 15.11 Medida cautelar fiscal, 635
- 16 PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, 637
 - 16.1 Ilícito tributário, 637
 - 16.2 Direito tributário penal e direito penal tributário, 638
 - 16.3 Crimes tributários, 643
 - 16.3.1 Lei nº 4.729/65, 643

- 16.3.2 Lei nº 8.137/90, 644
- 16.4 Extinção da punibilidade, 647
 - 16.4.1 Retroatividade da lei benigna, 647
 - 16.4.2 Anistia, 650
 - 16.4.3 Evolução legislativa, 655
- 16.5 A questão da prejudicialidade da ação penal, 660
- 16.6 Considerações finais, 662

- 17 LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA, 665
 - 17.1 Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, 665
 - 17.2 Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, 668
 - 17.3 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 671
 - 17.4 Lei nº 8.866, de 11 de abril de 1994, 673
 - 17.5 Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, 676
 - 17.6 Lei complementar nº 65, de 15 de abril de 1991, 692
 - 17.7 Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, 693
 - 17.8 Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 697
 - 17.9 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 728
 - 17.10 Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, 733
 - 17.11 Lei Complementar nº 118, de 9 de fevereiro de 2005, 748

- 18 SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO, 752
 - 18.1 Súmula vinculante, 752
 - 18.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal, 755
 - 18.2.1 Súmula vinculante do STF, 770
 - 18.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, 771

- 19 REFORMA TRIBUTÁRIA. BREVES CRÍTICAS À PEC 233/08, 779
 - 19.1 Proposta de Emenda à Constituição nº 233/08, 779
 - 19.2 Breves críticas e sugestões, 795

Bibliografia, 803

Índice Remissivo, 805